



AMAZUL

AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A.

CNPJ nº18.910.028/0001-21

NIRE: 35300457111

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 65 DE 26 DE JULHO DE 2021

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às catorze horas e trinta minutos, realizou-se a 8ª reunião do ano de 2021, do Conselho de Administração (CONSAD) da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL, na sala de reuniões da Sede da empresa, situada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 1847, Butantã, São Paulo, CEP nº 05581-001 e transmitida por videoconferência. Conforme parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a reunião digital foi gravada e arquivada. Presidida pelo Senhor **MARCOS SAMPAIO OLSEN**, representante do Comando da Marinha e Presidente do Conselho, com a participação dos seguintes Conselheiros de Administração: o Senhor **MARCOS CESAR PONTES**, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por videoconferência; o Senhor **ALMIR GARNIER SANTOS**, representante do Ministério da Defesa; o Senhor **MARCELO FRANCISCO CAMPOS**, representante do Comando da Marinha e eventual substituto do Presidente do Conselho; o Senhor **WELERSON CAVALIERI**, membro independente, representante do Ministério da Economia. O Senhor **ANTONIO CARLOS SOARES GUERREIRO**, Diretor-Presidente da AMAZUL e a Senhora **PRISCILA PALMA SANCHEZ**, representante eleita pelos empregados, justificaram a ausência. Participaram, de forma complementar, para esclarecimentos dos assuntos da Ordem do Dia: o Senhor **SERGIO RICARDO MACHADO**, Diretor de Administração e Finanças; o Senhor **NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO**, Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas; o Senhor **RICARDO WATANABE**, membro do Comitê de Auditoria e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; o Senhor **MURILO FRANCISCO BARELLA**, Coordenador-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo (GDC); **RICARDO LUÍS VELOSO MENDES**, Coordenador-Geral de Negócios; e o Senhor **MAURÍCIO MORAES CREMONESI**, Consultor Jurídico. Tendo sido eu, **CLAUDIA SBRAGIA MAZZO**, designada para atuar como Secretária. O Presidente do Conselho presidiu a reunião e havendo quórum legal, de acordo com o contido nos artigos 10 e 15, do Regimento Interno do CONSAD, e em primeira convocação, cumprimentou a todos e na sequência, passou a palavra ao Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas, designado pelo Conselheiro Guerreiro para apresentar a situação da empresa. O Diretor informou que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) agendou no dia 28 de julho a Assembleia Geral Extraordinária da AMAZUL para deliberar sobre o aumento do capital social da empresa, com respectiva alteração estatutária, decorrente da incorporação do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), registrado no Balanço Patrimonial de 2020, bem como para a eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Participou que os empregados, lotados no Estado de São Paulo, desde a semana passada, retornaram ao trabalho

presencial, em jornada integral. A decisão se baseou nos Decretos nº 65.856, de 7 de julho de 2021 e nº 60.336, de 29 de junho de 2021, do Governo do Estado de São Paulo, na evolução favorável dos casos (baixos índices de contágio e de mortalidade) e no fato da empresa não ser estabelecimento de atendimento ao público. Destacou que os empregados do grupo de risco, portadores ou não de comorbidades, impeditivas ou restritivas, que possuam ou não imunidade vacinal, poderão requerer a continuidade em teletrabalho ou licença remunerada. Destacou que no Rio de Janeiro, os empregados permanecem em trabalho presencial, teletrabalho ou licença remunerada, a critério dos titulares das Organizações nas quais estão lotados. Disse que a AMAZUL, junto com as Organizações, está reforçando os protocolos sanitários e procedimentos sugeridos pelos órgãos públicos. Além disso, informou que continuará monitorando alterações do cenário e novas recomendações dos órgãos públicos. Na sequência, informou que em 30 de junho, a AMAZUL recebeu cópia do Parecer Jurídico nº 189/2021, da Consultoria Jurídica Adjunta do Comando da Marinha - CJACM, respondendo a consulta técnica formulada pelo CTMSP relacionada aos procedimentos de recebimento de créditos pela AMAZUL, transferidos da Marinha por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), para a execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua. Fundamentando-se no Decreto nº 10.426/2020, que regulamenta o TED, o parecer foi favorável a essa pretensão, notadamente em virtude da aderência do objeto social da AMAZUL, estabelecido em sua lei de criação, às atividades do PNM e do PROSUB. Tal posicionamento, em compatibilidade com o que já determina a Portaria nº 351/2015, do Comandante da Marinha, é importante, pois reforça competências da AMAZUL. Ou seja, havendo interesse da Força, a empresa pode, por meio de seus processos administrativos e seguindo normas próprias das estatais, executar o gerenciamento de projetos, contratos, instalações e empreendimentos nesses programas. Em relação ao concurso para recrutamento de pessoal que restou frustrado no ano passado, em decorrência de inadimplemento da contratada, comunicou que houve decisões favoráveis à AMAZUL nos dois processos judiciais em que a empresa move contra a entidade organizadora. Destacou que a AMAZUL está em tratativas avançadas visando à publicação de um novo edital que permitirá à empresa atender às demandas de pessoal. Em seguida, participou que a Diretoria Executiva tomou conhecimento do Acórdão nº 1.484/2021, do Tribunal de Contas da União (TCU) e que instruirá expedientes à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) levando em consideração o entendimento do órgão de controle. Dando continuidade, o Presidente apresentou a Ordem do Dia, composta dos seguintes itens: 1 – Apresentação do Regulamento de Pessoal; 2 – Apresentação do Cálculo do Limite de participação da AMAZUL no Benefício de Assistência à Saúde; 3 – Apresentação das informações detalhadas sobre o acompanhamento do Plano de Negócios; 4 – Apresentação do Relatório de atividades da Coordenadoria-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo; e 5 - Treinamento para administradores sobre Regime de contratação das estatais à luz da Lei nº 13.303/2016. Por solicitação do Diretor-Presidente e diante da necessidade de eleição dos indicados pelo Ministério da Defesa, conforme Ofícios nº 17819 e 18896, propôs a seguinte alteração na Ordem do Dia: incluir como item 1 - Manifestação do enquadramento dos indicados ao Conselho Fiscal e de Administração, conforme §3º, art. 66, do Estatuto Social. O Conselho aprovou por unanimidade a alteração da Ordem do Dia, passando a vigorar, com os seguintes itens: 1 – Manifestação do enquadramento dos indicados ao Conselho Fiscal e de Administração, conforme §3º, art. 66, do Estatuto Social.

2 – Apresentação do Regulamento de Pessoal; 3 – Apresentação do Cálculo do Limite de participação da AMAZUL no Benefício de Assistência à Saúde; 4 – Apresentação das informações detalhadas sobre o acompanhamento do Plano de Negócios; 5 – Apresentação do Relatório de atividades da Coordenadoria-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo; e 6 – Treinamento para administradores sobre Regime de contratação das estatais à luz da Lei nº 13.303/2016. **Passando ao primeiro item da Ordem do Dia**, o Presidente apresentou as seguintes personalidades, indicadas pelo Ministério da Defesa: o Senhor **PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR**, como membro do Conselho de Administração, em substituição ao Senhor ALMIR GARNIER SANTOS; e Senhor **ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS**, como membro titular do Conselho Fiscal, em substituição ao Senhor FRANSELMO ARAÚJO COSTA. Em seguida, após análise da Ata de nº 12/2021 do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (COPEPRE), o Conselho manifestou-se favorável acerca do enquadramento dos indicados, quanto aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários à luz da autodeclaração e documentos apresentados, conforme §3º, art. 66, do Estatuto Social. **Passando ao segundo item da Ordem do Dia**, o Presidente convidou o Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas que apresentou a proposta de Regulamento de Pessoal e os principais tópicos da revisão, a saber: a) Afastamentos e licenças; b) Composição do Quadro de Pessoal; c) Situação dos militares da ativa à disposição; d) Definição de função e cargo em comissão; e) Deveres e Proibições; f) Sanções Disciplinares (Atenuantes e Agravantes); e g) Teletrabalho. O Diretor informou que recebeu as sugestões do Conselho e participou que a consolidação das alterações será apresentada na reunião posterior, quando da aprovação da matéria. O Conselheiro Garnier questionou quais foram os temas de maior resistência dos empregados à revisão. O Conselheiro Welerson recomendou a divulgação das alterações de forma regular e interativa com os empregados, por meio da Comunicação Social. O Conselheiro Garnier destacou a importância de manter um canal de coordenação contínua com os representantes das Unidades Organizacionais, em que há empregados da AMAZUL, para comunicar as matérias aprovadas pelos Órgãos Colegiados relacionada à gestão de pessoas. O Presidente recomendou o robustecimento das comunicações da empresa de modo a promover a criação da identidade dos empregados com a AMAZUL. **Passando ao terceiro item da Ordem do Dia**, o Presidente convidou o Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas que apresentou o cálculo do limite de participação da AMAZUL no Benefício de Assistência à Saúde. Em fevereiro de 2021, constatou-se a necessidade de adequação nos parâmetros de cálculo, pois os valores de encargos sociais não estavam sendo considerados, conforme preconiza o Inciso VIII, do Art. 2º, da Resolução CGPAR nº 23/2018. Em junho de 2021, o Comitê de Auditoria sugere informar à SEST os novos parâmetros de cálculo e o novo limite, que passaria de 5,6% para 4,21%. Após discussões, o Conselho solicitou que fossem consultadas outras empresas sobre o método de cálculo utilizado, como também realizar um melhor alinhamento com a SEST, antes do encaminhamento da matéria. **Passando ao Quarto Item da Ordem do Dia**, o Presidente convidou Coordenador-Geral de Negócios que apresentou os projetos e contratos concluídos nos meses de maio e junho de 2021: Instrumentação e Controle LABGENE (Programa Nuclear da Marinha - PNM); Descimbramento LABGENE (PNM); e Plano de Negócios do RMB – (Programa Nuclear Brasileiro - PNB). Em seguida, apresentou as parcerias em execução dos seguintes projetos: BLOCO-40 LABGENE (PNM); Prédio Auxiliar Não Controlado - PANG LABGENE (PNM); Prédio Auxiliar Controlado - PAC LABGENE (PNM); Órgão de Supervisão

Técnica Independente - OSTI LABGENE (PNM); Análise PC, PAC e HVAC LABGENE (PNM); Desenvolvimento do SN-BR (Programa de Desenvolvimento de Submarinos - PROSUB); Reator Multipropósito Brasileiro - RMB (PNB); Extensão da vida útil de ANGRA1 (PNB); Centro de Radiofarmácia do IPEN – CR IPEN (PNB); e Usina Comercial de Enriquecimento de Urânio – UCEU (PNB). Por fim, apresentou os negócios em prospecção, a saber: Centro de Radiofarmácia do IPEN (PNB); Dispositivo de Assistência Ventricular (DAV) – PNB e os Centros de Irradiação (PNB). Quanto ao atraso no projeto de Extensão da vida útil de ANGRA 1, em decorrência da falta de pessoal, o Conselheiro Garnier destacou a importância da realocação dos recursos humanos existentes na empresa, em função das fases de cada projeto. O Presidente destacou a evasão dos empregados e a importância de manter salários atrativos. O Conselheiro Welerson recomendou que fossem apresentadas ao Conselho as causas dos projetos em atrasos, as contramedidas, os responsáveis e os prazos. Sobre o projeto da UCEU, o Conselheiro Garnier recomendou que fosse realizado um termo de alteração de escopo, assinado pela contratante, de modo a formalizar as alterações no projeto e fundamentar um ajuste de contas. Sobre os negócios em prospecção, o Conselheiro Welerson questionou as estimativas de ganho e o tamanho do mercado de cada um deles. O Conselheiro Campos corroborou o questionamento do Conselheiro Welerson e recomendou para a empresa estabelecer modelos de negócios para cada projeto, de modo a identificar as parcerias e alocação de pessoal que atuarão nos projetos estratégicos, ressaltando a necessidade de verificação dos benefícios e riscos de cada projeto. Acrescentou, ainda, que deve haver uma análise mais aprofundada de todos os projetos que são de interesse estratégico à empresa, bem como recomendou que a AMAZUL avalie a alocação da mão de especializada, de modo a aproveitar de forma eficiente a qualificação dos empregados e militares cedidos. **Passando ao quinto item da Ordem do Dia**, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de GDC, que apresentou as atribuições do CONSAD e Diretoria Executiva, no que tange à gestão de riscos e controles internos. Na sequência, apresentou as estruturas da AMAZUL de apoio ao CONSAD e as seguintes iniciativas em execução: Revisão do Regulamento Administrativo; Acompanhamento do contrato com a FIPECAFI (GT Contabilidade de Custos); Indicadores de atendimento da força de trabalho demandada pelos programas; e Revisão das variáveis de elaboração do Modelo de Negócios. Em seguida, sobre o Mapeamento de Processos informou a adoção de nova metodologia para mapeamento, a estruturação e finalização da Matriz de Classificação de Processos (MCP). Complementou que está em andamento a aplicação do Formulário de Processos para cada processo identificado (criticidade e materialidade) e que em abril de 2021, iniciaram-se as atividades de Mapeamento de Processos Compartilhados no CTMSP. Apresentou a MCP, com base em 3 categorias (Governança, Parcerias em Programas e Suporte) que aglutinam os conjuntos de macroprocessos representados. Sobre as atividades de Integridade, informou que o Relatório de Gestão, no formato de relato integrado, foi encaminhado ao TCU em 30 de junho. Destacou as demandas do TCU, sobre os seguintes assuntos: 1. Nível das providências quanto à implementação da Lei Geral de Proteção de Dados; 2. Índice de Governança Organizacional e Gestão Pública; e 3. Levantamento de dados sobre Programa Nacional de Prevenção a Corrupção. Participou sobre a apuração do Indicador de Governança (IG-SEST) e o acompanhamento dos Planos de Providências das áreas, decorrentes dos apontamentos de órgãos de controles. Por fim, informou a Revisão dos Riscos Estratégicos e, sobre a Matriz de Riscos Corporativos, disse que a sua elaboração resultou em: 10 categorias de riscos, 32 riscos

corporativos identificados e 215 fatores de riscos, até o momento. O Conselheiro Welerson disse estar com forte expectativa para finalização da Matriz de Riscos, que apresentará ao Conselho os principais riscos para tomada de decisão e também será matéria prima para elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) do próximo exercício. **Passando ao sexto item da Ordem do Dia**, o Presidente solicitou o adiamento do item, acatado, por unanimidade, pelo Colegiado. **Palavra aberta aos Conselheiros:** O Conselheiro Welerson ressaltou sua satisfação em participar presencialmente da reunião. O Conselheiro Campos agradeceu a participação. O Conselheiro Garnier destacou ser sua última reunião no Conselho, disse ter sido um bom período, em que muitas coisas interessantes aconteceram. Agradeceu o grande apoio da Secretaria de Órgãos Colegiados e desejou sucesso aos Conselheiros e à AMAZUL. O Conselheiro Marcos Pontes agradeceu pelas apresentações e discussões. O Presidente agradeceu a atuação do Conselheiro Garnier no Conselho e, em seguida, cumprimentou os Conselheiros pelas contribuições e a empresa pela transparência e robustez dos dados apresentados. O Conselheiro Garnier finalizou expressando sua admiração ao Presidente pela condução das reuniões. Por fim, concluídos os atos que compuseram a Ordem do Dia, a Presidência declarou encerrada a reunião do CONSAD, às 17h59min, referente ao mês de julho. Lavrei a presente Ata no Livro de Atas, a qual foi assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelos Conselheiros presentes. Esta Ata foi elaborada em quatro vias digitadas. São Paulo, SP.



MARCOS SAMPAIO OLSEN

Representante do Comando da Marinha
Presidente



MARCOS CESAR PONTES

Representante do Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações



ALMIR GARNIER SANTOS

Representante do Ministério da Defesa



MARCELO FRANCISCO CAMPOS

Representante do Comando da Marinha
Presidente Substituto



WELERSON CAVALIERI

Representante do ME



CLAUDIA SBRAGIA MAZZO

Secretária